

A economia em 87, ou o roteiro da destruição.

Os números sobre o desempenho da nossa economia no ano passado ainda não são definitivos, mas ninguém mais tem qualquer dúvida sobre o seu significado: 1987 foi um ano de vacas magras para os brasileiros, forçados a pagar um preço alto demais pela falsa bonança dos dias do Plano Cruzado. Em vez da perigosa euforia de 1986, os últimos 12 meses foram marcados por um profundo, generalizado e, pior que isto, mais que justificado pessimismo, pela frustração coletiva e pelo desencanto com a "Nova República".

O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu em 87 apenas 3,5%, segundo estima o IBGE, em comparação com 8,2% em 1986, índice que, evidentemente, não tinha a menor condição de se sustentar. Somente a agricultura obteve um resultado excepcional, com uma expansão de 13,5%, ao passo que o setor industrial registrou o modesto aumento de 1% em relação a 1986 (este dado provavelmente será revisto pelo IBGE, pois a Fiesp está prevendo um crescimento negativo para a indústria paulista em 1987, assim como o índice do PIB, que poderá ser menor). Portanto, houve uma brutal desaceleração da atividade manufatureira em 1987, que vinha de uma alucinante expansão de 12,1% no ano anterior. O índice de crescimento do PIB neste ano — 3,5% — ficará abaixo da média dos primeiros sete anos desta década (3,8%) e muito distante dos 8,8% ao ano obtidos na década de 70 ou dos 7% ao ano conseguidos pela economia brasileira na fase do pós-guerra.

A tumultuada trajetória da economia em 1987 começou, na realidade, em novembro do ano de 1986 com o Cruzado II (o pacote fiscal do ex-ministro Dílson Funaro), a primeira fatura apresentada à sociedade após o prolongado congelamento de 1986. De um dia para outro, os automóveis zero quilômetro, gravados por um brutal aumento de 60% na alíquota do IPI e pelo empréstimo compulsório, tiveram alta de 104%; os cigarros, igualmente penalizados pelo IPI, subiram até 120%; e as bebidas, por idêntica razão, dobraram de preço. Mas não foi só: as tarifas de energia elétrica e telefone aumentaram 35%; a gasolina e álcool, 60,16%; e o açúcar, 25%. Foi o ponto de partida para uma violenta aceleração inflacionária, pois os preços do setor privado em geral, artificialmente contidos pelo congelamento, começaram a se recompor. O índice de inflação, que havia sido de 3,29% em novembro de 1986, saltou para 16,82% em janeiro, e chegou ao recorde de 26,06%, em junho, mês do Plano Bresser.

O Cruzado II, conhecido entre os economistas como "maionelaço", por ter sido preparado pelo economista João Manoel Cardoso de Mello, então assessor do ministro Funaro, não foi o único presente de grego do governo ao País. Em fevereiro, sem caixa para pagar os juros da dívida externa (as reservas haviam sido queimadas com importações inúteis de alimentos deteriorados e o saldo da balança comercial fora comido pelo crescimento exacerbado do consumo interno), o presidente Sarney, aconselhado por seu ministro da Fazenda e pelos fósseis do PMDB, resolveu suspender o pagamento dos juros devidos aos bancos privados. Assim, o Brasil entrava na moratória, medida puramente demagógica, já que em nada ajudou a recompor o nível de nossas reservas externas (elas deverão terminar o ano com US\$ 100 milhões a menos do que tínhamos em dezembro de 1986, conforme dados provisórios do governo, apesar do expressivo saldo de US\$ 10,9 bilhões na balança comercial, que pode ser considerado o único resultado positivo de 1987, graças à política cambial mais realista do ex-ministro Bresser Pereira).

A moratória do sr. Funaro somou-se ao clima contra o capital estrangeiro criado pelos políticos nacional-estatizantes no Congresso Constituinte. A consequência não se fez esperar: uma violenta retração dos investimentos externos no País — outra causa do baixo crescimento. Felizmente, por influência do então assessor especial do ex-ministro Bresser Pereira para assuntos da dívida externa, Fernão Bracher, o Brasil está saindo da moratória graças a um empréstimo-ponte de US\$ 3 bilhões, feito pelas próprias instituições financeiras prejudicadas pela suspensão do pagamento dos juros.

O fiasco da moratória, desgraçadamente, não foi o único, pois tanto o ex-ministro Funaro quanto o ex-ministro Bresser Pereira fracassaram em suas tentativas de conter o déficit público. Funaro pretendia "zerar" o déficit com o Cruzado II e a receita adicional propiciada pelos odiosos empréstimos compulsórios. Não conseguiu. A gastaça do PMDB comeu tudo. Bresser, herdeiro de uma situação desesperadora, com a economia entrando em recessão e a inflação batendo todos os recordes, fez o seu choque antiinflacionário e prometeu, se tivesse a ajuda do presidente Sarney, conter o rombo das contas oficiais em 3,5% do PIB, mas a inéria do presidente da República, mais preocupado com a duração do seu mandato, a Ferrovia Norte-Sul e a siderúrgica maranhense, deixou as coisas exatamente como estavam nos dias do ex-ministro Funaro. Nem a prometida reforma administrativa saiu. E foi assim que o déficit pulou para assustadores 6 ou 7% do PIB.

Diante desse desfecho, qualquer ministro da Fazenda se teria sentido na obrigação de pedir demissão, mas o sr. Bresser Pereira que vinha sendo fritado lentamente pelo presidente Sarney, ainda encontrou disposição para preparar mais um pacote fiscal salvador, isto é, mais um plano de emergência para tapar o enorme buraco nas contas do governo. Para isso, pretendia arrancar Cr\$ 450 bilhões da parte da sociedade que cria riqueza a fim de reforçar o caixa do Tesouro e das empresas estatais, esvaziados pelos reajustes salariais acima do previsto pelo Plano Bresser e pelos crônicos prejuízos operacionais. A reação violenta da opinião pública à reforma tributária planejada assustou o presidente Sarney e o reinado bresseriano teve fim inglório.

Ironicamente, com exceção do projeto sobre a taxação dos rendimentos de capital, que saiu do decreto para ser enviado ao Congresso, Sarney acabou baixando o mesmo pacote fiscal de Bresser, sem pensar no seu impacto recessivo, pois entre as suas consequências estão uma queda ainda maior do poder aquisitivo dos consumidores, o aumento das taxas de juros (em virtude da tributação das operações de overnight) e fortes pressões inflacionárias (em razão do aumento dos custos das empresas, que também vão pagar mais 20% de Finsocial).

Em resumo, 1988 começa com um panorama econômico carregado pelas nuvens negras da incerteza e ameaçado pela temida estagflação. Mas, embora tudo recomende uma atitude de prudência, não falta no governo quem ainda ouse defender um terceiro choque com um novo ministro da Fazenda. Pode ser um congelamento ou uma oteneização de todos os preços da economia, isto é, mais intervencionismo, mais artificialismos contra o velho problema da inflação. E isso apesar das "educativas" experiências do Cruzado e do Plano Bresser, que demonstraram à sociedade que não se combate a inflação sem um mínimo de ordem nas finanças públicas, coisa que definitivamente não vai acontecer no governo Sarney, dure ele quatro ou cinco anos.

Desse modo, contrariamente ao que dizem os economistas do PMDB, a única saída para o País em 1988 seria a aplicação de uma política econômica ortodoxa, a assinatura de um acordo com o Fundo Monetário Internacional e a continuidade dos entendimentos com os credores externos, pré-condições para que se pudesse partir para uma decidida internacionalização da economia com franca abertura aos capitais externos.

Mas no país da "Nova" República, ser racional é ser ingênuo...

Enquanto não for resolvido o impasse político que paralisa o governo e a economia, não haverá o mínimo de condições para a execução de qualquer política econômica e para o restabelecimento da confiança do setor privado. E se tudo permanecer como está, a sociedade brasileira não escapará do pior, isto é, de uma crise econômica, política e social sem precedentes em nossa história.

*4 JORNAL DA TARDE
JAN 1988